03/08/2016 12:39 - Renan diz que trabalhará para concluir impeachment até fim do mês

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou nesta terça-feira que trabalhará para que o processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff no Senado seja concluído até o fim de agosto.

A previsão é que o início do julgamento seja entre 25 e 26 de agosto, antes, portanto, da reunião de cúpula do G20, no início de setembro, na China.

"O julgamento começará no dia 25 e 26... E com certeza temos como concluir isso antes do final do mês. Eu vou trabalhar para que isso efetivamente aconteça", disse Renan a jornalistas.

No sábado, em nota divulgada à imprensa, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, mencionou o próximo dia 26, uma sexta-feira, como a "primeira data possível para início da fase de julgamento" e afirmou que a "data acordada" era o dia 29, a segunda-feira seguinte. Por determinação legal, é o presidente do Supremo quem conduz as últimas etapas do impeachment.

Embora tenha negado que o presidente interino Michel Temer tenha feito qualquer pedido para acelerar a tramitação do processo contra Dilma, Renan reconheceu que seria desconfortável chegar à época da reunião do G20 sem um presidente da República efetivo.

"O presidente não faria a mim esse apelo", disse Renan a jornalistas, ao ser questionado se houve algum pedido de celeridade da parte de Temer durante almoço nesta terça-feira, do qual também participaram os senadores Eunício Oliveira (CE), líder da bancada, e Romero Jucá (RR).

"Ele não falou (de possibilidade de agilizar o impeachment). É evidente que ir para a reunião do G20 nessa indefinição é ruim para o Brasil, é ruim para as instituições, mas ele não falou."

Segundo Renan, ainda deve haver uma reunião entre ele, líderes de bancada e o presidente do STF para definir procedimentos do impeachment de Dilma.

O presidente do Senado não descartou que o julgamento possa adentrar o fim de semana. Renan afirmou ainda que o processo tem sido conduzido com isenção.

Fonte: Reuters Brasil